

**POR QUE NÃO EU? EM BUSCA DE UMA ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA
LEGISLATIVA NO BRASIL**

Why not me? Towards a legislative foreign policy analysis in Brazil

Vinicius Silva dos Santos¹

¹Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: santos.vinicius18@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0907-7832>

Recebido em: 03 jul. 2025 | Aceito em: 13 out. 2025.



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO

Este artigo reinscreve o Poder Legislativo brasileiro como ator relevante na política externa, por meio de uma crítica à assimilação da tese da abdicação. Embora formulada com escopo delimitado, a tese acabou cristalizada como diagnóstico generalizante, não pela intenção de seus autores, mas por obstáculos estruturais que inibiram a continuidade do debate: lacunas curriculares, carências metodológicas e ausência de repertórios capazes de captar formas diretas, indiretas ou simbólicas de atuação legislativa. Em resposta, apresentamos uma proposta de infraestrutura para sistematizar dados do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, com padronização de registros e rotinas de coleta, validação e transparência. Essa base sustenta um programa de pesquisa para reconstrução do ecossistema de observação do Legislativo na política externa, com métricas e protocolos replicáveis. Nosso objetivo não é encerrar o debate, mas reabri-lo sob novas lentes e prioridades investigativas, mostrando que silêncio, saliência e controle coexistem como estratégias graduais de supervisão e influência.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira. Poder Legislativo. Métodos Computacionais.

ABSTRACT

This article repositions Brazil's Legislature as an actor in foreign policy by critically reassessing the "abdication thesis." Originally advanced with a bounded empirical and temporal scope, the thesis became reified as a general diagnosis, not by its authors' design, but due to structural obstacles that stalled debate: curricular gaps, methodological shortages, and the lack of analytical repertoires able to detect direct, indirect, and symbolic legislative action. In response, we introduce an infrastructure to systematize data from the Federal Senate and the Chamber of Deputies, including standardized records and routines for collection, validation, and transparency. This foundation enables a research program to rebuild the observatory ecosystem around legislative foreign-policy oversight, with replicable metrics and protocols. Our aim is not to close the debate but to reopen it with new lenses and priorities, showing that silence, salience, and control coexist as graduated strategies through which the Legislature monitors, signals, and shapes Brazil's relations.

Keywords: Brazilian foreign policy. Legislature. Computational methods.

INTRODUÇÃO

Por que não o Legislativo? A pergunta, mais do que uma provocação, marca a tentativa de reabrir um espaço analítico que, por algum tempo, pareceu encerrado. Trata-se, inicialmente, de refletir sobre os caminhos que levaram à consolidação da ideia de que o Parlamento brasileiro teria abdicado de atuar na política externa — e, sobretudo, sobre os efeitos desse diagnóstico na configuração das agendas de pesquisa em Análise de Política Externa (APE).

Este artigo se insere, assim, na busca de uma *Análise de Política Externa Legislativa*: uma vertente ainda incipiente no campo da APE no Brasil, orientada à visibilização da atuação parlamentar, em suas múltiplas formas, diretas, indiretas e simbólicas, nos processos decisórios que envolvem política externa. Mais do que apresentar uma proposta fechada, trata-se aqui de um convite à construção coletiva de um programa de pesquisa capaz de reposicionar o Legislativo como ator teoricamente relevante e empiricamente observável nesse domínio.

A chamada tese da abdicação, conforme formulada por Lima e Santos (2001), desempenhou papel seminal ao demonstrar empiricamente a centralização do processo decisório em política externa nas mãos do Executivo. Nossa leitura sugere que, longe de emitir um juízo normativo, os autores delinearam as bases institucionais que sustentam a limitada atuação legislativa, oferecendo um ponto de partida robusto para investigações posteriores. Contudo, os desenvolvimentos subsequentes não seguiram uma trajetória cumulativa. Ao contrário, observou-se uma cristalização analítica, na qual o Legislativo permaneceu à margem do debate.

O cenário ganha contornos distintos com renovadas leituras sendo propostas. A tese da delegação se vê tensionada, então, por esforços investigativos na análise de estratégias diretas (por meio de outros instrumentos formais) ou indiretas de influência, como o controle do tempo de tramitação de tratados, o uso do orçamento, a atuação em comissões e a aprovação de nomeações diplomáticas. Nesse contexto, o Legislativo emerge não como ator omissio, mas como agente que exerce autoridade por vias difusas e contingentes (Souza, 2010; Boarin & Resende, 2018, Mattos, 2018, Santiago, 2019, Santos *et al.*, 2022; Araújo, 2024; Cantarino & Camargos, 2024, Santos, 2025a, 2025b).

Apesar desses esforços, ainda assim, o campo permanece atravessado por silêncios institucionais, formativos, metodológicos e epistemológicos. O que buscamos sustentar é que essa lacuna não resultou de uma omissão voluntária da comunidade acadêmica de análise da política externa brasileira, mas de fatores estruturais inter-relacionados: (1) a marginalização das instituições políticas nos currículos de Relações Internacionais; (2) a escassez de ferramentas metodológicas voltadas à análise da ação parlamentar; e (3) a insuficiência de arcabouços teóricos que deem conta de formas não convencionais de agency.

Este artigo propõe, portanto, um deslocamento epistemológico. Em vez de negar os achados da tese original da abdicação, buscamos problematizar os silêncios que ela sedimentou. Propomos, portanto, que esses silêncios derivam, em parte, da ausência de instrumentos analíticos e de condições institucionais para dar continuidade à trilha iniciada por Lima e Santos (2001). Nosso objetivo, assim, é contribuir para o debate sobre os caminhos potenciais de reconstrução de um ecossistema investigativo que requalifique o Legislativo como ator teoricamente relevante e empiricamente observável na política externa brasileira (Anastasia, Mendonça & Almeida, 2012, Santos & Lopes, 2022, Santos, 2025a, 2025b).

Para tanto, oferecemos duas entregas centrais: (1) diagnóstico das condições que relegam o Legislativo a uma posição de menor interesse do subcampo; e (2) a proposição de um desenho inicial de um programa de pesquisa ancorado em uma infraestrutura empírica que permita à comunidade científica acessar, processar e analisar dados legislativos.

Dito isto, não propomos, assim, de forma alguma, de uma correção (não necessária) de um curso e sim da oferta de um conjunto de elementos que permitam um convite: reengajar-se com um tema que nos interpela política e coletivamente, exigindo novas perguntas, linguagens e dispositivos de observação para superar a invisibilidade analítica do Legislativo e ampliar os horizontes do subcampo de APE.

A TESE DA ABDICAÇÃO: RAÍZES E REPERCUSSÕES

A ideia de que o Poder Legislativo brasileiro teria abdicado de atuar na política externa consolidou-se como uma das principais teses do subcampo de Análise de Política Externa (APE), especialmente a partir dos anos 2000. Nessa direção, sua formulação, notadamente elaborada por Lima e Santos (2001), não foi meramente descritiva, mas interpretativa: buscava compreender por que, em um regime democrático com mecanismos formais de controle horizontal, o Parlamento se mantinha distante de agendas internacionais centrais à soberania e à projeção do Estado.

Cabe considerar de partida, a importância da tese e o necessário reconhecimento do papel que desempenhou em termos fundacionais. Isto porque, ao iluminar a assimetria entre Executivo e Legislativo (Figueiredo; Limongi, 1999), forneceu um dos marcos para o debate sobre o papel das instituições domésticas na política externa, nesse caso, o legislativo (Lima & Santos, 2001; Anastasia, Mendonça & Almeida, 2012). Além disso, sua relevância derivou não apenas do aporte empírico, mas da força de sua interrogação: por que o Parlamento, detentor de prerrogativas constitucionais, se omite (ou é omitido)?

Não seria possível seguir sem antes sublinhar que compreendemos que Lima e Santos (2001) não apresentaram a tese como um juízo normativo, mas como um diagnóstico situado de uma falha estrutural no arranjo decisório da política de comércio exterior. Ao historicizar os processos de delegação e modelar os incentivos sob o presidencialismo brasileiro, os autores argumentaram que a marginalização legislativa resulta da combinação entre um arranjo institucional assimétrico e a ausência de mecanismos robustos de controle e deliberação.

Nesse sentido, o conceito de abdicação não se confunde com a noção de irrelevância inerente ao Parlamento: trata-se, antes, da expressão de um desequilíbrio funcional entre eficiência decisória e accountability democrática. Ao propor instrumentos como a autorização ex ante, a ampliação da visibilidade deliberativa e o fortalecimento dos freios e contrapesos, os próprios autores sinalizavam caminhos para reinscrever o Legislativo como ator relevante (Lima & Santos, 2001; Salomón & Pinheiro, 2013).

Entretanto, essa leitura crítica, sofisticada e situada, acabou cristalizada disciplinarmente como diagnóstico totalizante. Argumenta-se nesse artigo que essa situação, qual seja, de cristalização, deve-se, em parte, a limitações estruturais do próprio campo, que internalizou a tese como horizonte analítico hegemônico, dificultando a emergência de agendas alternativas (Oliveira, 2003; 2014).

Quanto a isso, esse processo, de cristalização, foi reforçado por três pilares explicativos: (1) o desenho institucional da política externa, centralizado no Executivo e historicamente monopolizado pelo Itamaraty; (2) o suposto desinteresse ou baixa especialização parlamentar em temas internacionais; e (3) a reduzida visibilidade pública da política externa, o que limitaria os incentivos eleitorais para o engajamento legislativo (Oliveira, 2003; 2014, Guimarães *apud* Lopes & Faria, 2014).

Com isso, embora esses diagnósticos não tenham sido concebidos como finais, a tese da abdicação produziu efeitos iniciais, não por motivação dos autores, deve-se sublinhar: desestimulou a exploração de novos objetos, métodos e instrumentos de observação da ação legislativa (Duval, 2022). Contudo, essa tendência começou a ser tensionada por uma literatura recente que tem buscado reconfigurar o papel do Legislativo, adotando novas lentes teóricas e empíricas para captar outras formas sejam elas, diretas, indiretas, episódicas e contextualmente condicionadas de *agency* (Souza, 2010; Anastasia, Mendonça & Almeida, 2012; Boarin & Resende, 2018, Mattos, 2018, Santiago, 2019, Santos *et al.*, 2022; Araújo, 2024; Cantarino & Camargos, 2024, Santos, 2025a, 2025b).

Nesse rol de iniciativas, podemos destacar casos como dos estudos sobre a atuação em comissões permanentes (Boarin & Resende, 2018, Mattos, 2018), o uso estratégico das confirmações de diplomatas e sabatinas (Santos *et al.*, 2022) e o comportamento ideológico de parlamentares em política externa (Cantarino, & Camargos, 2024) que ilustram o processo de “redescoberta” investigativa que, embora ainda em direção ao seu adensamento, sinaliza a reativação de uma agenda crítica e empiricamente ancorada.

Diante disso, torna-se necessário distinguir entre a potência heurística da tese original, que permanece válida para descrever certos arranjos institucionais, e os bloqueios analíticos decorrentes de sua cristalização. A abdicação, como categoria, pode ser útil para iluminar dimensões específicas da atuação legislativa, mas sua transformação em diagnóstico totalizante obscurece formas alternativas de agência.

Sendo assim, o desafio atual não está em refutar a tese, mas em reposicioná-la como marco fundador, e não como conclusão analítica. Isso requer retomar suas perguntas inaugurais sob novas premissas, com arcabouços teóricos mais sensíveis às complexidades institucionais e dados empíricos mais granulares. Portanto, é exatamente nesse horizonte que este artigo se insere.

O CURRÍCULO COMO VETOR DE INVISIBILIZAÇÃO EPISTÊMICA

A marginalização do Poder Legislativo no estudo da política externa brasileira não pode ser compreendida apenas como produto de desinteresse ou limitação empírica; ela é, em larga medida, sustentada por dinâmicas formativas que moldam o olhar da comunidade acadêmica desde sua base (Castro, 2010).

Nesse sentido, o currículo universitário opera como um vetor silencioso, porém decisivo, de invisibilização epistêmica: ao definir quais temas merecem atenção, quais instituições são dignas de análise, e quais métodos são considerados legítimos, ele condiciona profundamente as possibilidades de investigação e, por conseguinte, os contornos do próprio campo disciplinar (Castro, 2010, Carvalho, Santos & Martínez, 2024, Carvalho *et al.*, 2021, Albuquerque, Mesquita & Brito, 2022).

Um exemplo dessa dinâmica pode ser ilustrado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de Relações Internacionais, estabelecidas pela Resolução CNE/CES nº 4/2017. Embora proponham uma formação interdisciplinar e exijam competências analíticas amplas, as DCNs não asseguram a inclusão sistemática de conteúdos voltados à compreensão do funcionamento das instituições políticas domésticas, em especial do Poder Legislativo.

A estrutura curricular dos cursos, tende a privilegiar áreas como teoria das relações internacionais, política externa, economia internacional e segurança, relegando ao segundo plano o estudo empírico da política interna e suas instituições (Carvalho, Santos & Martínez, 2024). Por consequência, esse viés formativo repercute diretamente na formação metodológica dos profissionais da área (Carvalho *et al.*, 2021, Albuquerque, Mesquita & Brito, 2022; Lopes, Nicolini, Carvalho, 2022).

Ainda que se exija o domínio de métodos quantitativos e qualitativos (CNE/CES nº 4/2017), esses conhecimentos são aplicados à análise de temas tradicionais da política externa ou à diplomacia interestatal (Carvalho *et al.*, 2021, Albuquerque, Mesquita & Brito, 2022, Carvalho, Santos & Martínez, 2024). Isso ocorre em detrimento da investigação sobre dinâmicas institucionais internas, como o funcionamento das comissões parlamentares, os padrões de tramitação legislativa ou os instrumentos de fiscalização do Congresso Nacional (Carvalho, Santos Martínez, 2024, Santos, 2025a, 2025b).

O resultado é uma geração de analistas altamente capacitada para modelar o comportamento de chefes de Estado em cúpulas multilaterais, mas frequentemente pouco estimulada a interpretar as múltiplas dimensões da atuação legislativa em política externa: como sabatinas de embaixadores, audiências públicas nas comissões de Relações Exteriores (CRE e CREDN), proposições de decretos legislativos sobre tratados internacionais, relatórios temáticos, intervenções discursivas em plenário, ações de controle externo e iniciativas de diplomacia parlamentar, inclusive em fóruns multilaterais, missões internacionais ou redes interparlamentares.

Como demonstrado na literatura recente, essa lacuna formativa não é apenas teórica, mas tem implicações diretas sobre a produção de conhecimento empírico (Carvalho *et al.*, 2021, Albuquerque, Mesquita & Brito, 2022, Lopes, Nicolini, Carvalho, 2022; Carvalho, Santos & Martínez, 2024). A ausência de repertórios metodológicos voltados à análise processual e institucional contribui para a perpetuação da ideia de que o Legislativo seria estruturalmente irrelevante na política externa.

No entanto, estudos empíricos demonstram que essa atuação ocorre, embora frequentemente de maneira difusa, simbólica ou indireta e é justamente em formatos que escapam aos instrumentos de observação mais convencionais (Souza, 2010; Santos & Lopes, 2022; Araújo, 2024; Cantarino & Camargos, 2024, Santos, 2025a, 2025b).

Diante disso, o que se depreende do debate conduzido até aqui é que o currículo, portanto, não é neutro. Ele organiza o campo de visão dos futuros analistas, definindo o que é visível, o que é mensurável e o que é digno de atenção (Castro, 2010). Como argumentam Milani e Pinheiro (2013), tratar a política externa como política pública implica expandir o olhar para além do Executivo e incorporar os múltiplos atores e arenas que participam da formulação, implementação e controle dessas políticas.

Essa ampliação, no entanto, exige que a formação universitária inclua não apenas o aparato institucional, mas também os métodos capazes de captá-lo. Nesse sentido, propomos compreender o currículo como um dispositivo estruturante da invisibilidade epistêmica que recai sobre o Legislativo. Ao silenciar temas, atores e métodos, ele não apenas espelha as hierarquias do campo disciplinar, mas as reproduz e aprofunda (Castro, 2010).

Enfrentar essa invisibilidade requer, portanto, um duplo movimento: de um lado, a revisão crítica dos currículos e das diretrizes formativas; de outro, o desenvolvimento de uma agenda empírica e metodológica capaz de reintegrar o Parlamento à análise de política externa, não como anomalia ou exceção, mas como componente constitutivo e necessário.

O DÉFICIT METODOLÓGICO COMO CONDIÇÃO DE POSSIBILIDADE DA INVISIBILIZAÇÃO

A exclusão do Legislativo da análise de política externa brasileira é resultado não apenas de escolhas teóricas ou curriculares, mas também de uma limitação metodológica estrutural. O campo carece de instrumentos conceituais, analíticos e computacionais capazes de transformar a atuação parlamentar em objeto empírico recorrente e analiticamente denso (Carvalho *et al.*, 2021, Albuquerque, Mesquita & Brito, 2022, Carvalho, Santos & Martínez, 2024, Santos, 2024, Santos, 2025a).

Essa lacuna metodológica sustenta e retroalimenta a invisibilidade epistêmica que acomete o Legislativo, criando um ciclo vicioso entre a escassez de dados mobilizados e a ausência do ator na produção acadêmica. Como já discutido, a formação metodológica em Relações Internacionais, mesmo quando robusta, é pouco voltada ao estudo das dinâmicas institucionais

domésticas (Carvalho *et al.*, 2021, Albuquerque, Mesquita & Brito, 2022, Carvalho, Santos & Martínez, 2024).

A ausência de disciplinas e ferramentas que explorem o uso de bases legislativas, como proposições, sabatinas, vetos, discursos em plenário ou dados de comissões, resulta em uma baixa capacidade de observação sistemática. Assim, mesmo quando há interesse investigativo, faltam os meios para operacionalizar o objeto. A consequência é o reforço da narrativa de abdicação: o Legislativo aparece como ausente não porque o seja, mas porque as lentes analíticas utilizadas não o captam (Santos, 2024).

Diante disso, ainda persiste, uma característica deletéria para o subcampo, uma barreira disciplinar significativa: a frágil interface entre os estudos de política externa e os subcampos consolidados da Ciência Política, como o comportamento legislativo, a análise institucional comparada e os estudos de elites parlamentares. Essa separação epistemológica e metodológica limita o potencial de diálogo entre a Análise de Política Externa (APE) e abordagens que já operam, com robustez teórica e instrumental, sobre o universo legislativo (Santos, 2024).

Embora a formulação da política externa como política pública (Milani e Pinheiro, 2013, Salomón & Pinheiro, 2013) tenha representado um marco importante ao abrir essa trilha interdisciplinar, os efeitos dessa abertura ainda são localizados. A incorporação de pressupostos, categorias analíticas e métodos oriundos da Análise de Políticas Públicas (APP), especialmente aqueles voltados à compreensão do policy process, trouxe fôlego conceitual e empírico à APE.

Esse movimento permitiu o aprofundamento da investigação da política externa não apenas como projeção do Estado, mas como resultado de dinâmicas internas de formulação, implementação e contestação (Milani & Pinheiro, 2013, Salomón & Pinheiro, 2013). Entretanto, esse avanço ainda não se traduziu em um diálogo sistemático com os campos que tradicionalmente estudam o Legislativo, o que gera um descompasso entre os diagnósticos sobre a atuação parlamentar em política externa e as ferramentas já disponíveis para investigá-la.

Iniciativas recentes têm buscado superar essa fragmentação, ao integrar dados legislativos com arcabouços analíticos da APE e da APP (Santos *et al.*, 2022, Cantarino & Camargos, 2024, Santos, 2024, 2025a, 2025b). Contudo, tais esforços carecem de institucionalização, replicabilidade e continuidade. O desafio, portanto, não é apenas metodológico, mas também disciplinar: exige a construção de pontes entre subcampos historicamente apartados, capazes de sustentar programas de pesquisa interdisciplinares e cumulativos.

Com isso, o resultado é um quadro analítico de baixa resolução. A agência parlamentar na política externa se torna acessível apenas em momentos de alta visibilidade (como sabatinas polêmicas, votações excepcionais ou eventos simbólicos) enquanto suas formas rotineiras, difusas e discursivas de atuação permanecem empírica e teoricamente subexploradas (Santos *et al.*, 2022).

Para tanto, superar esse déficit exige uma reorganização do aparato metodológico do campo. O desafio não está apenas em incorporar novos métodos, mas em reorientar a forma como observamos e conceituamos a agência legislativa. Nesse cenário, ferramentas computacionais e estatísticas voltadas à análise de texto, modelagem de séries temporais, redes institucionais e aprendizagem de máquina oferecem caminhos promissores.

Contudo, para que essas técnicas tenham impacto, é necessário que sejam ancoradas em infra estruturas empíricas que viabilizem o acesso, tratamento e replicação dos dados (Santos, 2024). Mais do que preencher lacunas, o objetivo é permitir que novas perguntas possam ser formuladas. Em especial, perguntas que escapem à lógica binária da presença ou ausência, e que permitam mapear os modos múltiplos de agência legislativa na política externa brasileira.

ESTRUTURANDO UMA NOVA AGENDA: DIMENSÕES DA AGÊNCIA LEGISLATIVA NA POLÍTICA EXTERNA

A proposta de reposicionar o Legislativo como ator analiticamente relevante na política externa adquire maior densidade quando articulada aos debates sobre janelas de oportunidade política (Kingdon, 1995) e aos mecanismos de mudança intermitente descritos pela teoria do equilíbrio pontuado (Baumgartner & Jones, 2009). Esses referenciais sugerem que o sistema político não opera em fluxo contínuo de ação, mas sim por meio de padrões de estabilidade prolongada intercalados por episódios de ruptura, crise ou realinhamento institucional que reconfiguram os arranjos decisórios.

Estudos clássicos sobre comportamento legislativo, como os de Strøm (1998) e Cox & McCubbins (2005), demonstram que parlamentos exercem formas de controle mesmo em contextos de fraca co-decisão, valendo-se de estratégias simbólicas, barganhas informais e mecanismos procedimentais. No caso brasileiro, trabalhos como os de Figueiredo & Limongi (1999) e Lemos & Llanos (2007) indicam que, apesar das limitações formais, o Congresso Nacional influencia a nomeação de autoridades, o ritmo da agenda legislativa e o custo político de determinadas decisões executivas. Incorporar essas tradições ao campo da política externa amplia a capacidade analítica para observar formas não convencionais de agency parlamentar, muitas vezes negligenciadas pela literatura centrada no Executivo.

Com base nessas contribuições, parte-se aqui da premissa de que a atuação do Legislativo não se manifesta de forma constante nem uniforme. Pelo contrário, tende a emergir de modo seletivo diante de eventos críticos, como crises internacionais, escândalos diplomáticos, pressões eleitorais ou mudanças de governo. Nesses momentos, abrem-se *policy windows* (Kingdon, 1995) que ampliam as possibilidades de ação institucional, mesmo quando os marcos normativos permanecem inalterados. A proposta deste artigo é justamente interpretar tais manifestações não como anomalias ou desvios episódicos, mas como expressão de uma lógica estratégica de atuação.

Esse raciocínio implica uma inflexão analítica: em vez de conceber agency legislativa como um fenômeno binário (presença ou ausência de ação), propõe-se compreendê-la como processo

calibrado de engajamento institucional, no qual o Legislativo mobiliza diferentes recursos em resposta a contextos variáveis de oportunidade, risco e visibilidade. Para tanto, articula-se um modelo composto por três dimensões interdependentes: latência estratégica, ativação simbólica e controle procedural (Santos, 2025b).

A latência estratégica refere-se à capacidade do Parlamento de sustentar vigilância, prontidão e sensibilidade institucional mesmo em períodos de baixa visibilidade pública. Essa condição se apoia em prerrogativas constitucionais, dispositivos regimentais e repertórios discursivos que preservam o potencial de escrutínio e possibilitam ações futuras, ainda que invisíveis no presente (Santos, 2025b).

A ativação simbólica, por sua vez, descreve o momento em que essa vigilância latente transborda para o espaço público, elevando a saliência de determinados temas mediante iniciativas como sabatinas, requerimentos, audiências ou declarações parlamentares. Ainda que não resultem em mudanças materiais diretas, esses gestos reorganizam o campo de expectativas, impõem custos reputacionais ao Executivo e sinalizam a disposição do Legislativo em intervir (Santos, 2025b)

Por fim, o controle procedural compreende os mecanismos (formais ou informais) que impõem fricções ao processo decisório, como manobras regimentais, obstruções, vetos orçamentários ou convocações que, mesmo sem reverter decisões, limitam a autonomia executiva e criam espaços de negociação ou contestação (Santos, 2025b)

A integração dessas três dimensões conforma o que se denomina modelo de *proactive calibration*: uma forma de agency institucional que não se esgota em ações visíveis nem depende exclusivamente de gatilhos externos (Santos, 2025b).

Ao contrário, trata-se de uma lógica de atuação que combina antecipação estratégica, modulação de saliência e gestão seletiva da visibilidade. Em arenas de alta discricionariedade e assimetria informacional, como a política externa, esse modelo permite capturar a atuação legislativa em sua densidade simbólica, procedural e performativa, mesmo (ou sobretudo) quando ela não se manifesta sob formas tradicionais de participação decisória.

UMA NOVA ARQUITETURA METODOLÓGICA

A proposta de reinscrever o Legislativo no centro da análise da política externa brasileira exige mais do que uma inflexão conceitual. Requer, sobretudo, uma arquitetura metodológica capaz de capturar a agência legislativa em toda a sua complexidade, isto é, em suas formas visíveis e invisíveis, contínuas e episódicas, formais, informais e simbólicas. Trata-se, portanto, de deslocar o foco das abordagens centradas exclusivamente em *outputs* legislativos, como leis aprovadas, emendas ou tratados ratificados, para um espectro mais amplo de práticas e performances institucionais.

Essa ampliação responde a uma limitação recorrente no campo: a tendência de tomar a ausência de mudanças normativas como evidência de irrelevância legislativa. Como já demonstrado pela literatura clássica sobre controle institucional (McCubbins & Schwartz, 1984), e mais recentemente por pesquisas voltadas ao Legislativo brasileiro em política externa (Santos *et al.*, 2022), o Parlamento pode exercer influência decisiva sobre a agenda diplomática sem necessariamente impor vetos ou alterar substância normativa.

A atuação legislativa pode ocorrer por meio da criação de fricções procedimentais, da emissão de sinais simbólicos, do aumento seletivo de saliência ou da mobilização estratégica de rituais parlamentares, mecanismos muitas vezes invisíveis em designs metodológicos convencionais.

O desafio, então, é duplo: por um lado, construir lentes analíticas sensíveis aos modos de enunciação e aos mecanismos indiretos de atuação; por outro, desenvolver estratégias empíricas que permitam observar padrões de agency mesmo quando a ação não se traduz diretamente em produção normativa. Isso demanda atenção às condições contextuais que ativam ou inibem a expressão da agency legislativa, incluindo dinâmicas de coalizão, reputação institucional, exposição midiática e temas de alta sensibilidade.

OS PACOTES CongressBR E SenateBR COMO INFRAESTRUTURAS DE OBSERVAÇÃO

A retomada do Legislativo como ator da política externa requer a construção de um ecossistema metodológico capaz de torná-lo empiricamente observável em sua complexidade. Em outras palavras, trata-se de deslocar a atenção do *o que foi aprovado para o como se manifestou, quem se mobilizou e em quais condições institucionais* a ação legislativa emergiu. Nessa direção, os pacotes como *congressbR* e *senatebR* oferecem as bases empíricas para operacionalizar essa sensibilidade analítica, ao sistematizar dados legislativos em escala e granularidade compatíveis com diferentes estratégias metodológicas (McDonnell, Duarte, Freire, 2019; Santos, 2024).

Com isso, mais do que instrumentos técnicos, essa infraestrutura é, antes de tudo, uma aposta epistêmica: defendemos que os dados legislativos são um vetor promissor para reconfigurar o campo e promover um programa cumulativo de pesquisa sobre o Legislativo em política externa. E assim, ao organizá-los em torno de objetos observáveis e rotinas de análise replicáveis, os pacotes contribuem para a superação do isolamento empírico que marca a agenda de pesquisa (McDonnell, Duarte, Freire, 2019, Santos, 2024).

A potencialidade do uso das ferramentas reside no fato de que permite que diferentes abordagens (qualitativas, quantitativas, computacionais) dialoguem, fortalecendo o horizonte interdisciplinar da proposta. A seguir, propomos, de forma inicial, quatro conjuntos de técnicas analíticas potenciais para o avanço dessa agenda:

1. *Análise Temporal e Padrões de Ativação*: com dados organizados em séries temporais, é possível identificar padrões de ativação legislativa em resposta a eventos críticos, como

crises diplomáticas, mudanças de governo, nomeações polêmicas ou decisões internacionais contestadas. Isso é possível com a mobilização de técnicas como análise de rupturas estruturais (changepoint detection), modelagem de séries temporais (ex: ARIMA, Prophet). Assim, as agregações periódicas permitem verificar como e quando o Legislativo se mobiliza (Park, Yamauchi, 2023, Poptcheva, 2019, Pelizzo, Stapenhurst, 2013, Niu, Hao, Zhang, 2016).

2. *Análise Textual e Modelagem de Tópicos:* As notas taquigráficas, pronunciamentos e documentos formam um corpus textual de alto valor interpretativo. A aplicação de técnicas de mineração de texto, como Latent Dirichlet Allocation (LDA), STM, análise de sentimentos, extração de entidades nomeadas e codificação semântica, permite identificar os temas recorrentes, os enquadramentos discursivos e a evolução lexical da atuação legislativa em temas internacionais. Essa abordagem é especialmente potente para capturar a dimensão performativa da agência legislativa (Roberts *et al.*, 2014; Benoit, 2020, Wilkerson, Casas, 2017; Grimmer, Stewart, 2013; Benoit, Laver, Mikhaylov, 2009)
3. *Análise de Redes e Arquiteturas de Cooperação:* A possibilidade de reconstruir vínculos entre parlamentares por meio de coautoria, participação conjunta em comissões ou padrões de votação abre espaço para análises de rede aplicadas ao Legislativo. Utilizando métricas de centralidade, modularidade e detecção de comunidades, pode-se revelar estruturas latentes de cooperação, especialização temática e clivagens internas ao Parlamento em torno da política externa. Essas redes não apenas indicam conexões, mas também configuram espaços de influência institucional (Marsh, Smith, 2001; Lazer, 2011; Campbell, 2013; Ward, Stovel, Sacks, 2011; Victor, Montgomery, Lubell, 2017).
4. *Modelos Preditivos e Machine Learning:* Com dados estruturados longitudinalmente, torna-se possível aplicar técnicas de aprendizado de máquina (supervisionadas e não supervisionadas) para descrever ou prever eventos de ativação legislativa, classificar padrões de comportamento institucional ou estimar a probabilidade de resposta parlamentar a determinados estímulos externos. Modelos como regressões penalizadas, árvores de decisão, florestas aleatórias, redes neurais e modelagem baseada em agentes ampliam a capacidade explicativa e antecipatória da agenda, ao mesmo tempo em que desafiam o campo a lidar com as limitações interpretativas desses instrumentos (Montgomery, Olivella, 2018; Cranmer, 2019; Slegte *et al.*, 2024; Grimmer, Roberts & Stewart, 2021; Olivella, Shoub, 2020; Cui *et al.*, 2020)

A infraestrutura oferecida permite, portanto, transitar da observação anedótica para a modelagem sistemática de padrões de atuação. É possível, por exemplo, mapear a distribuição temática das proposições com interface internacional, identificar padrões de uso da palavra em plenário em resposta a eventos externos, reconstruir trajetórias de parlamentares em comissões de relações exteriores ou analisar a evolução de sabatinas diplomáticas ao longo dos governos.

As abordagens mencionadas não substituem a análise qualitativa, mas a potencializam, ao abrir novas janelas para a formulação de hipóteses, triangulação empírica e replicação de estudos (McDonnell, Duarte, Freire, 2019; Santos, 2024).

POR UM PROGRAMA DE PESQUISA SOBRE O LEGISLATIVO NA POLÍTICA EXTERNA

A reinscrição do Legislativo na agenda de pesquisa em política externa não se sustenta apenas pela elaboração de novos conceitos ou pelo desenvolvimento de ferramentas analíticas. Ela demanda a formulação de um programa de pesquisa estruturado, cumulativo e orientado por problemas, ou seja, um arcabouço capaz de sustentar, no tempo, o adensamento teórico, a esperada sofisticação metodológica e o compromisso empírico com a pluralidade das formas de agência legislativa. Assim, o programa proposto por esse artigo parte de três deslocamentos fundamentais: conceitual, empírico e programático.

DESLOCAMENTO CONCEITUAL: PARA ALÉM DA CO-DECISÃO

A literatura sobre Análise de Política Externa tende a vincular a influência legislativa à lógica da co-decisão, ou seja, à participação formal do Parlamento nos processos normativos. Essa premissa, embora relevante em contextos parlamentaristas ou bicameralismos simétricos, mostra-se limitada para interpretar realidades marcadas por presidencialismo concentrado e assimetrias institucionais profundas, como no caso brasileiro (Neves, 2003; Moreira, 2016; Thomazini, 2024).

Este artigo propõe um deslocamento dessa perspectiva ao adotar uma concepção graduada e estratégica de agency legislativa, ancorada no modelo de calibração proativa (*proactive calibration*), conforme proposta recente no campo (Santos, 2025b). Nessa abordagem, o Legislativo exerce influência mesmo fora dos canais deliberativos formais, por meio de repertórios que articulam vigilância, performance e fricção institucional.

Nas suas três dimensões analíticas estruturaram essa lógica: i) Latência estratégica ii) Ativação simbólica, iii) Controle procedural, não representam desvios à norma, mas modos legítimos e calibrados de engajamento institucional em arenas de alta discricionariedade executiva.

Ao ampliar o escopo empírico para incluir performances, gestos e silêncios estrategicamente mobilizados, esta abordagem permite observar como o Legislativo administra sua própria visibilidade e contesta, de forma indireta, mas eficaz, os rumos da política externa.

DESLOCAMENTO EMPÍRICO: O LEGISLATIVO COMO OBJETO DENSO

A análise da política externa precisa tratar o Parlamento não como uma ausência a ser explicada, mas como uma presença complexa, dotada de múltiplas camadas. Isso implica explorar novos tipos de dados (estruturados e não estruturados) e assumir uma postura de escuta institucional que vá além do que é legislado. Assim, a riqueza das atas, dos discursos, dos vetos,

dos padrões de tramitação e da organização das comissões exige que se reconheça o Legislativo como um produtor de sentido, e não apenas um espaço de decisão.

Essa abordagem empírica amplia o escopo de fontes e obriga a revisão das estratégias metodológicas predominantes, como já discutido. Ao reconhecer a opacidade estrutural do Legislativo como desafio, o campo passa a exigir instrumentos de mediação analítica (softwares, scripts, pacotes computacionais, bancos de dados) que, articulados aos vocabulários teóricos adequados, possam dar conta da densidade do objeto (McDonnell, Duarte, Freire, 2019; Santos, 2024).

DESLOCAMENTO PROGRAMÁTICO: INSTITUCIONALIZAR A AGENDA

Cabe considerar que nenhuma agenda se sustenta sem institucionalidade. Isso significa que o subcampo de Análise de Política Externa precisa assumir como projeto coletivo a incorporação do Legislativo em seus programas de formação, redes de pesquisa, projetos interinstitucionais e mecanismos de financiamento.

Dessa forma, cursos de pós-graduação em Ciência Política, com linhas consolidadas em instituições, comportamento parlamentar ou análise legislativa, são aliados naturais desse processo. Ao mesmo tempo, programas de Relações Internacionais podem contribuir decisivamente com a sofisticação das interpretações sobre o plano internacional, os determinantes externos da atuação parlamentar e a diplomacia legislativa. Disso resulta, uma convergência disciplinar, que não deve ser vista como competição, mas como possibilidade estratégica de complementaridade.

O fortalecimento do subcampo depende também da criação de vocabulários comuns, da padronização de indicadores, da publicação de dados replicáveis e da criação de espaços de difusão científica orientados para a agenda. Nessa direção, projetos como o pacote *senatebR* e *congressbR* mostram que já há sementes desta institucionalidade onde o desafio agora é cultivá-las com intencionalidade e colaboração.

CONSOLIDANDO A ANÁLISE LEGISLATIVA EM POLÍTICA EXTERNA: ESTUDOS COMPARATIVOS

A formulação de um programa de pesquisa sobre o Legislativo na política externa brasileira não deve ser concebida como esforço isolado ou meramente corretivo. Ao contrário, ela pode servir de ponto de partida para um projeto mais ambicioso: a consolidação de uma subárea dedicada à *Análise de Política Externa Legislativa (Legislative Foreign Policy Analysis)*, voltada a compreender como parlamentos, em diferentes contextos, moldam, contestam ou legitimam decisões internacionais.

Estudos comparativos mostram que a participação legislativa em política externa é altamente variável, condicionada por arranjos institucionais, culturas políticas e trajetórias históricas (Feliu Ribeiro & Oliveira, 2012; Pasquarelli, 2015; Braga, 2019; Kato, 2015; Ribeiro, Oliveira & Galdino, 2009; Feliu & Claro, 2017). Mesmo em sistemas marcados por assimetrias

executivas, observa-se que os parlamentos podem exercer agency significativa por meio de estratégias simbólicas, gestos procedimentais ou mobilização discursiva.

A literatura especializada tem destacado que a capacidade de supervisão legislativa depende não apenas de prerrogativas formais, mas também de recursos informacionais, regras procedimentais e cultura institucional de accountability (Pelizzo & Stapenhurst, 2004; 2013). Nesse sentido, o poder legislativo pode influenciar o Executivo sem necessariamente deter poder de veto, ao impor custos reputacionais, estruturar expectativas ou provocar fricções institucionais (Martin & Vanberg, 2005).

Casos como o do Chile, com maior institucionalização dos mecanismos de controle legislativo sobre a política comercial (Pinheiro, 2008; Kato, 2015), e o do Paraguai, onde o Legislativo exerce agency simbólica em temas de integração regional (Feliu & Claro, 2017), revelam repertórios distintos de atuação, reforçando a necessidade de arcabouços analíticos que deem conta dessa diversidade.

Assim, ao invés de restringir-se à especificidade brasileira, a proposta aqui delineada convida ao desenvolvimento de uma agenda comparativa que explore como diferentes parlamentos calibram sua atuação em política externa, seja em regimes presidencialistas ou parlamentaristas, em contextos de integração regional, securitização, diplomacia parlamentar ou formulação de tratados. Trata-se, portanto, de transformar a exceção analítica em ponto de partida teórico: fazer do caso brasileiro um *caso estratégico* para repensar as fronteiras e os métodos da Análise de Política Externa.

ESTUDOS LEGISLATIVOS DE POLÍTICA EXTERNA: UM CAMPO (RE)ABERTO

As variações comparadas nos arranjos institucionais, culturais e partidários dos Parlamentos ao redor do mundo demonstram que o papel legislativo em política externa está longe de ser uma variável secundária. Ao contrário, trata-se de uma dimensão ainda pouco explorada, mas central para compreender os equilíbrios entre discricionariedade executiva, accountability democrática e visibilidade institucional.

O caso brasileiro, com seu presidencialismo multipartidário e forte especialização burocrática no Executivo, oferece um contraponto empírico valioso aos modelos predominantes de co-decisão formal presentes na literatura clássica (Figueiredo & Limongi, 1999). Estudar essas especificidades não é apenas um gesto de contextualização, mas uma oportunidade estratégica de ampliação epistemológica da própria Análise de Política Externa (APE).

A proposta delineada neste artigo, de uma APE Legislativa, convida à construção de um campo renovado, atento à agency institucional mesmo quando ela é silenciosa, intermitente ou simbólica. Para tanto, não basta redirecionar o olhar: é preciso reconfigurar os instrumentos com os quais se observa. Isso envolve desenhar indicadores, explorar arquivos legislativos, integrar

métodos computacionais e qualitativos, e, sobretudo, repensar o que conta como evidência de atuação em política externa.

Recolocar o Legislativo no centro da análise não é, portanto, apenas uma decisão metodológica ou conceitual: é um gesto de projeto disciplinar. Implica formar vocabulários, criar ferramentas, consolidar agendas, sustentar redes e, acima de tudo, cultivar um compromisso coletivo com a tarefa de reabrir problemas antes dados como resolvidos. Em tempos de revisionismo democrático e disputas sobre o papel das instituições representativas, essa (re)abertura talvez seja não apenas oportuna, mas necessária.

CONCLUSÃO

Este artigo procurou intervir em um subcampo atravessado por um paradoxo persistente: embora o Parlamento brasileiro disponha de instrumentos para influenciar a política externa (Anastasia, Mendonça e Almeida, 2012), sua presença tem sido sistematicamente marginalizada na produção acadêmica. Tal invisibilização não resulta de falhas nos estudos fundadores, como o de Lima e Santos (2001), que descreveram com rigor o contexto em que estavam operando, mas de um processo cumulativo de cristalização analítica operado pelo próprio campo.

Importa reconhecer que a chamada tese da abdicação não decretou a irrelevância do Legislativo. Ela forneceu, ao contrário, um ponto de partida robusto. O bloqueio, como argumentamos, emerge do modo como a agenda se desenvolveu (ou se retraiu) desde então, marcado por três déficits principais: (i) currículos pouco sensíveis à dimensão doméstica da política externa; (ii) limitações metodológicas para observar formas não convencionais de agency; e (iii) ausência de infraestrutura analítica para capturar os gestos menos visíveis do Legislativo.

A proposta delineada neste artigo articula, assim, três movimentos simultâneos. Primeiro, a construção de um vocabulário conceitual que permita captar a atuação legislativa para além da co-decisão normativa. Segundo, a exploração de caminhos empíricos replicáveis, a partir de bases sistematizadas como os pacotes *CongressbR* e *SenatebR*, capazes de iluminar padrões de atuação até então subexplorados. E terceiro, o esboço de um programa de pesquisa comprometido com a consolidação da *Análise de Política Externa Legislativa* como subárea legítima, fértil e necessária.

As condições que contribuíram para a marginalização analítica do Legislativo, embora persistentes, são hoje tensionáveis. Por um lado, a diversidade de enfoques entre programas de pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais oferece oportunidades formativas que podem ser mobilizadas em favor dessa agenda. Por outro, o avanço nas tecnologias de coleta e análise de dados viabiliza a emergência de uma nova geração de estudos mais sensível aos ritmos, fricções e performances que compõem a *agency* legislativa.

Tirar o Legislativo da periferia da política externa exige, portanto, mais do que correções conceituais. Exige vocabulário, ferramentas, infraestrutura e compromisso disciplinar. Exige, sobretudo, reabrir um problema analítico que por vezes foi tratado como resolvido.

Superar a pergunta “por que não o Legislativo?” implica, antes de tudo, visibilizá-lo, e visibilizar, aqui, não é apenas ver, mas atribuir sentido. É romper com os filtros analíticos que normalizaram sua ausência e reconhecer que o Parlamento é também parte constitutiva da política externa, ainda que sua atuação se manifeste de forma calibrada, simbólica ou latente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albuquerque, R. B. D., Mesquita, R., & Lira Brito, R. V. (2022). “Obscuridade metodológica: um mapeamento da formação em métodos na pós-graduação em Relações Internacionais e áreas afins no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (39), e258379.
- Alcântara, L. (2001). “Os parlamentos e as relações internacionais”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 44, 13-21.
- Anastasia, F., Mendonça, C., & Almeida, H. (2012). “Poder legislativo e política externa no Brasil: jogando com as regras”. *Contexto Internacional*, 34, 617-657.
- Araujo, A. L., & Ferreira, G. A. G. (2024). “A produção acadêmica sobre Regionalismo no Brasil: características a partir dos resumos das teses e dissertações na área de Ciência Política e Relações Internacionais no período 1987-2021”. *Carta Internacional*, 19(3), e1530-e1530.
- Araújo, M. G. (2024). *Política externa, democracia e governabilidade: a política externa dos governos Rousseff e Temer (2015-2018) frente à crise democrática venezuelana*.
- Ba, H.-L. K., Schneider, B., & Sullivan, T. (2022). “The longer you wait, the longer it takes: Presidential transition planning and appointment politics”. In *Congress & the Presidency* (pp. 84–115). Routledge.
- Barbosa, T. C. (2024). *Unilateralismo e delegação de poderes: efeitos sobre a política externa no Brasil (1990-2022)*.
- Benoit, K. (2020). “Text as data: an overview”. In *The SAGE handbook of research methods in political science and international relations*, 461-497.
- Benoit, K., Laver, M., & Mikhaylov, S. (2009). “Treating words as data with error: Uncertainty in text statements of policy positions”. *American Journal of Political Science*, 53(2), 495-513.
- Bertholini, F., & Pereira, C. (2017). “Pagando o preço de governar: custos de gerência de coalizão no presidencialismo brasileiro”. *Revista de Administração Pública*, 51(4), 528-550.
- Boarin, P. V. D. S. G., & Resende, C. (2018). “Lobby E Política Externa No Legislativo Brasileiro: a Comissão De Relações Exteriores E Defesa Nacional Da Câmara Dos Deputados”. *CSOnline-Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, (27).
- Braga, G. G. (2019). *As relações entre os poderes executivo e legislativo na formulação da política externa dos Estados Unidos para a promoção da democracia durante os governos Bush e Obama*.

Britez, I. A. (2019). *Congresso e política externa: a ratificação do tratado sobre comércio de armas*.

Campbell, D. E. (2013). "Social networks and political participation". *Annual Review of Political Science*, 16(1), 33-48.

Cantarino, V. A. R., & Camargos, J. C. L. (2024). "Ideologia e preferência de política externa dos parlamentares brasileiros (2015-2022)". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 39, e39032.

Carvalho, T., Gabriel, J. P. N., & Lopes, D. B. (2021). "'Mind the gap': assessing differences between Brazilian and mainstream ir journals in methodological approaches". *Contexto Internacional*, 43(3), 461-488.

Carvalho, T., Santos, V., & Martínez, Y. (2024). "Following the Trail of Words: Mapping the Trending Topics of Graduate Research in the Brazilian IR Scholarship (1987-2018)". *Brazilian Political Science Review*, 18(1), e0003.

Castro, H. C. D. O. D., & Ranincheski, S. M. (2016). "A cultura reativa do legislativo brasileiro e as relações externas do Brasil". GROHMANN, LUIS GUSTAVO MELLO (Org.). *Comportamento e instituições políticas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2018. [recurso eletrônico]. p. 182-214.

Cranmer, S. J. (2019). "Introduction to the Virtual Issue: Machine learning in political science". *Political Analysis*, 1-9.

Cui, P., Shen, Z., Li, S., Yao, L., Li, Y., Chu, Z., & Gao, J. (2020, August). "Causal inference meets machine learning". In *Proceedings of the 26th ACM SIGKDD international conference on knowledge discovery & data mining* (pp. 3527-3528).

de Castro, R. N. A. (2010). "Teorias do currículo e suas repercussões nas diretrizes curriculares dos cursos de engenharia". *Revista Educativa-Revista de Educação*, 13(2), 307-322.

de Slegte, J., Van Droogenbroeck, F., Spruyt, B., Verboven, S., & Ginis, V. (2024). "The Use of Machine Learning Methods in Political Science: An In-Depth Literature Review". *Political Studies Review*, 14789299241265084.

Diniz, S. (2009). "Atos internacionais e atuação do Legislativo". *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política*, 18(1).

do Nascimento, V. H. A. (2012). "O papel do poder legislativo na celebração de tratados internacionais e a Constituição Federal de 1988". *Revista Direito em Discurso*, 5(1), 31-43.

Duval, P. V. C. (2019). *Executivo, legislativo e a política externa brasileira: um olhar sobre os governos de Dilma Rousseff*.

Duval, P. V. C. (2022). *Legislativo e política externa brasileira: uma explicação alternativa para o baixo engajamento parlamentar*.

Feliu Ribeiro, P., & Claro, M. L. (2017). "As relações executivo e legislativo no Paraguai de Fernando Lugo (2008-2012)". *Revista Paraguay desde las Ciencias Sociales*, (8), 75-101.

Feliu Ribeiro, P., & Oliveira, A. J. S. N. D. (2012). *Comportamento legislativo e política externa na América Latina*.

Griglio, E. (2020). "Parliamentary oversight under the Covid-19 emergency: striving against executive dominance". *The Theory and Practice of Legislation*, 8(1-2), 49-70.

Grimmer, J., & Stewart, B. M. (2013). "Text as data: The promise and pitfalls of automatic content analysis methods for political texts". *Political analysis*, 21(3), 267-297.

Grimmer, J., Roberts, M. E., & Stewart, B. M. (2021). "Machine learning for social science: An agnostic approach". *Annual Review of Political Science*, 24(1), 395-419.

Hughes, T., & Carlson, D. (2015). "Divided government and delay in the legislative process: Evidence from important bills, 1949–2010". *American Politics Research*, 43(5), 771–792.
<https://doi.org/10.1177/1532673X14524294>

Jo, J. (2011). *Now or later? A dynamic analysis of presidential appointments [Manuscript]*. University of Rochester.

Kato, M. M. S. (2015). *O legislativo e a política externa do Chile (2006-2014)*.

Kinane, C. M. (2021). "Control without confirmation: The politics of vacancies in presidential appointments". *American Political Science Review*, 115(2), 599–614.

Lazer, D. (2011). "Networks in political science: Back to the future". *PS: Political Science & Politics*, 44(1), 61-68

Lemos, L. B., & Llanos, M. (2007). "O Senado e as aprovações de autoridades: um estudo comparativo entre Argentina e Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 22, 115-138.

Limongi, F. D. M. P., & Figueiredo, A. C. (1999). *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*.

Lira, N. M. M. (2016). *Metodologia em Relações Internacionais: uma análise dos periódicos RBPI, Contexto Internacional e Carta Internacional em 2014*.

Lopes, A. V., & Vieira, D. M. (2023). "The fix is in? Parliamentary scrutiny of appointments of the heads of Brazilian regulatory agencies". *Parliamentary Affairs*, 76(3), 694–718.

Lopes, D. B., Nicolini, J. P., & Carvalho, T. (2022). "200 years of international relations in Brazil: issues, theories, and methods". In *Oxford Research Encyclopedia of International Studies*.

Marsh, D., & Smith, M. J. (2001). "There is more than one way to do political science: on different ways to study policy networks". *Political studies*, 49(3), 528-541.

Mattos, A. R. (2017). *Poder legislativo e política externa brasileira: para além da ratificação dos acordos internacionais*.

Mattos, A. R. (2018). "Legislativo e política externa brasileira: os debates recorrentes na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados de 1999 a 2015: Legislative and Brazilian foreign policy: recurrent topics in the Commission on Foreign Relations and National Defense of the Chamber of Deputies from 1999 to 2015". *Brazilian Journal of International Relations*, 7(1), 174-201.

Mattos, A. R. (2021). *Congresso e política externa: os casos do MERCOSUL e do NAFTA*.

Milani, C. R., & Pinheiro, L. (2013). "Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública". *Contexto internacional*, 35, 11-41.

McDonnell, R. M., Duarte, G. J., & Freire, D. (2019). "Congressbr: An R Package for Analyzing Data from Brazil's Chamber of Deputies and Federal Senate". *Latin American Research Review*, 54(4), 958-969.

Moesch, F. F. (2011). *A influência do Congresso Nacional na política externa do Brasil após a redemocratização e a Constituição de 1988*.

Montgomery, J. M., & Olivella, S. (2018). "Tree-Based Models for Political Science Data". *American Journal of Political Science*, 62(3), 729-744.

Moreira, R. Z. (2016). Congresso e política externa: a influência do legislativo brasileiro na tramitação do Protocolo de Nagoya à Convenção da Diversidade Biológica.

Neves, J. A. D. C. (2003). "O Papel do Legislativo nas Negociações do Mercosul e da ALCA". *Contexto Internacional*, 25, 103-138.

Niu, Y. S., Hao, N., & Zhang, H. (2016). "Multiple change-point detection: a selective overview". *Statistical Science*, 611-623.

Olivella, S., & Shoub, K. (2020). "Machine learning in political science: Supervised learning models". In *The SAGE handbook of research methods in political science and international relations* (pp. 1079-1094). SAGE Publications Ltd.

Ostrander, I. (2016). "The logic of collective inaction: Senatorial delay in executive nominations". *American Journal of Political Science*, 60(4), 1063–1076.

Park, J. H., & Yamauchi, S. (2023). "Change-point detection and regularization in time series cross-sectional data analysis". *Political Analysis*, 31(2), 257-277.

Pasquarelli, B. V. L. (2015). *Política externa, partidos políticos e relações executivo/legislativo nas democracias presidencialistas do Brasil e do Chile*.

Peixoto, L. (2024). *A atuação do Congresso Nacional na Política Externa Brasileira: uma análise em quatro casos de soberania territorial*.

Pelizzo, R., & Stapenhurst, F. (2013). *Parliamentary oversight tools: A comparative analysis*. Routledge.

Pinheiro, F. L. (2008). “Poder Legislativo e política externa: um estudo sobre a influência do Congresso Nacional do Chile na formulação da política comercial durante a década de 1990”. *Contexto Internacional*, 30, 89-139.

Poptcheva, E. M. (2019). “Parliamentary oversight: Challenges facing classic scrutiny instruments and the emergence of new forms of ‘steering’scrutiny”. *The European Parliament in Times of EU Crisis: Dynamics and Transformations*, 25-52.

Ratton Sanchez, M., da Silva, E. C., Cardoso, E. L., & Spécie, P. (2006). “Política externa como política pública: uma análise pela regulamentação constitucional brasileira (1967-1988)”. *Revista de Sociologia e Política*, 125-143.

Ribeiro, P. F., & Oliveira, M. L. C. (2018). “Política externa e legislativo no Paraguai do presidente Lugo”. *Revista de Sociologia e Política*, 26(68), 75-94.

Ribeiro, P. F., Oliveira, A. J. S. N., & Galdino, M. (2009). “Política externa chilena e espectro ideológico político-partidário: um estudo sobre a Câmara dos Deputados (2002-2006)”. *Dados*, 52, 835-870.

Roberts, M. E., Stewart, B. M., Tingley, D., Lucas, C., Leder-Luis, J., Gadarian, S. K., ... & Rand, D. G. (2014). “Structural topic models for open-ended survey responses”. *American journal of political science*, 58(4), 1064-1082.

Salomón, M., & Pinheiro, L. (2013). “Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 56, 40-59.

Santiago, R. (2019). “Atuação ex post dos deputados brasileiros em política externa: entre a critical issue perspective e a relação executivo-legislativo”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 34, e3410108.

Santos, V. (2024). *senatebR: coletando dados do Senado Federal brasileiro* (No. pe6wc_v1). Center for Open Science.

Santos, V., & Lopes, D. B. (2022). “Confirmação: o lugar do Senado Federal na política externa brasileira da Nova República”. *Dados*, 66(4), e20200243.

Santos, V. (2025a). "Inside the Fog: Assessing Foreign Policy Expertise in the Brazilian Federal Senate". *Dados*, 68(3), e20240038.

Santos, V. (2025b). "Before the Alarm Sounds: How Parliaments Manage Silence, Salience, and Control in Foreign Affairs". *Rev. Bras. Polít. Int.*, 68(2): e012.

Silva, A. L. R. D., & Spohr, A. P. (2016). "A relação entre executivo e legislativo na formulação de política externa no Brasil". *Relações Internacionais (Lisboa)*. Lisboa, Portugal. N. 50 (jun. 2016), p. 123-140.

Silva, R. S. D. (2012). *A política externa brasileira analisada em três dimensões: um estudo sobre a comissão de relações exteriores e de defesa nacional da Câmara dos Deputados*.

Spohr, A. P. (2020). *O papel do poder legislativo na política externa brasileira: estudos acerca dos instrumentos do Congresso Nacional*.

Thomazini, M. B. (2024). *O impacto de um presidencialismo "não convencional" e do governo minoritário em política externa: comparação da relação executivo e legislativo entre o governo Bolsonaro e governos da Nova República (1988-2022)*.

Victor, J. N., Montgomery, A. H., & Lubell, M. (Eds.). (2017). *The Oxford handbook of political networks*. Oxford University Press.

Ward, M. D., Stovel, K., & Sacks, A. (2011). "Network analysis and political science". *Annual Review of Political Science*, 14(1), 245-264.

Wilkerson, J., & Casas, A. (2017). "Large-scale computerized text analysis in political science: Opportunities and challenges". *Annual Review of Political Science*, 20(1), 529-544.